

# ARREPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ nº 61.095.048/0001-15 - NIRE 35300046536

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

**Senhores Acionistas:** De acordo com as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras em 31 de março de 2013. A Diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que eventualmente considerem necessários.

### BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	2013	2012	Passivos	Nota	2013	2012
<b>Ativo circulante</b>				<b>Passivo circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	6	524	188	Fornecedores		18	49
Aplicações financeiras	7	4.060	9.203	Obrigações sociais trabalhistas		35	37
Contas a receber de clientes	8	42	30	Impostos e contribuições a recolher	14	27.390	26.566
Dividendos a receber	17	788	1.093	Outras contas a pagar		571	397
Estoques		18	18	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>28.014</b>	<b>27.409</b>
Impostos e contribuições a recuperar	9	9.058	8.710	<b>Passivo não circulante</b>			
Adiantamentos a fornecedores		1	1.225	Impostos a contribuições a recolher	14	285.257	295.341
Outros créditos	11	56	26	Provisões para contingências	15	226.172	226.211
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>14.547</b>	<b>20.493</b>	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>511.429</b>	<b>521.552</b>
<b>Ativo não circulante</b>				<b>Patrimônio líquido</b>			
Ativo fiscal diferido	10	—	10.766	Capital social		475.564	475.564
Depósitos judiciais	15	22.295	22.455	Reserva legal		4.715	4.715
Operações de mútuo	17	358.819	328.590	Prejuízos acumulados		(307.346)	(324.700)
Outros créditos	11	301.297	308.997	<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>172.933</b>	<b>155.579</b>
Investimentos	12	15.415	12.884	<b>Total dos passivos</b>		<b>539.443</b>	<b>548.601</b>
Imobilizado	13	3	5				
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>697.829</b>	<b>683.687</b>	<b>Total dos passivos e patrimônio líquido</b>		<b>712.376</b>	<b>704.180</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>712.376</b>	<b>704.180</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Prejuízos acumulados	Total
<b>Em 2011</b>	<b>141.327</b>	<b>8.843</b>	<b>4.715</b>	<b>(296.136)</b>	<b>(141.251)</b>
Integralização de capital	334.237	—	—	—	334.237
Prejuízo líquido do exercício	—	—	—	(37.407)	(37.407)
Realização da reserva de reavaliação	—	(8.843)	—	8.843	—
<b>Em 2012</b>	<b>475.564</b>	<b>—</b>	<b>4.715</b>	<b>(324.700)</b>	<b>155.579</b>
Lucro líquido do exercício	—	—	—	17.354	17.354
<b>Em 2013</b>	<b>475.564</b>	<b>—</b>	<b>4.715</b>	<b>(307.346)</b>	<b>172.933</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

**1. Contexto operacional**  
A Companhia tem sede na capital do estado de São Paulo, é uma controlada da Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo e tem como atividades a comercialização, importação e exportação de açúcar, etanol, produtos alimentícios em geral e seus derivados, o arrendamento de bens, a prestação de serviços e a participação em outras empresas.

#### 2. Entidades da Companhia

Entidade	Cidade/Estado - País	Participação acionária	
		2013	2012
Imcop Empreendimentos e Participações S.A.	São Paulo/SP - Brasil	30,58%	30,58%
<b>Imcop Empreendimentos e Participações S.A.</b>			

A Companhia possui como atividade preponderante a administração, por conta própria ou de terceiros, de bens móveis e imóveis, podendo comprar e vender, arrendar e dar arrendamento, receber e dar parceria, locar móveis, imóveis e equipamentos em geral e a participação em outras entidades.

#### 3. Base de preparação

**a. Declaração de conformidade:** As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e demais aspectos da legislação aplicável emanada da legislação societária.  
**b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado reconhecido nos balanços patrimoniais. **c. Moeda funcional e de apresentação:** Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em qualquer exercício futuro afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 10 - Ativos e passivos fiscais diferidos; • Nota explicativa nº 16 - Instrumentos financeiros. As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa nº 4.c.(iii) - Depreciação (vida útil de ativo imobilizado); • Nota explicativa nº 15 - Provisões para contingências.

#### 4. Principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, exceto nos casos indicados em contrário. **a. Moeda estrangeira:** Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para Reais às taxas de câmbio apuradas na data de apresentação, uma vez que esta é a moeda funcional da operação no exterior e o Real. As receitas e despesas são convertidas em Reais às taxas de câmbio apuradas nas datas das estimativas. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas no resultado do exercício. Essas variações cambiais são reconhecidas em lucros ou prejuízos nas demonstrações financeiras. **b. Instrumentos financeiros:** (i) *Ativos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece os empréstimos, recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Contas a receber de clientes, Adiantamentos a fornecedores, Operações de mútuo e Outros Créditos. **Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos com o propósito de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desse ativo são reconhecidas no resultado do exercício. **Empréstimos e recebíveis:** Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação ou considerados de liquidez imediata. (ii) *Passivos financeiros não derivativos:* A Companhia reconhece os passivos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e acrescidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos. (iii) *Capital Social:* Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. A Companhia não possui ações preferenciais. Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto social são reconhecidos como passivo. Os dividendos adicionais propostos devem ser aprovados pela Assembleia Geral Ordinária da Companhia e são reconhecidos no patrimônio líquido, se deliberados antes do final do exercício. **c. Imobilizado:** (i) *Reconhecimento e mensuração:* Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. A Companhia não mensurou os ativos imobilizados pelo custo atribuído (*deemed cost*) na data de transição. O custo do imobilizado inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condições necessárias para que essas sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados, e custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas no resultado. (ii) *Custos subsequentes:* O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente não fluirão para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de maneira confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é contabilizado no resultado do exercício em que ocorre a reposição. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos. (iii) *Depreciação:* A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou valor substituído do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas médias anuais ponderadas estimadas para o exercício corrente são as seguintes:

	2013
Máquinas e equipamentos	6,10%
Equipamentos de processamento de dados	20,00%

O método de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revisados a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

**d. Estoques:** Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescidos de gastos relativos a transportes, armazenagens e impostos não recuperáveis. Os valores de estoques não contabilizados não excedem o valor de mercado. **e. Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment):** (i) *Ativos financeiros (incluindo recebíveis):* Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se houver evidência de que tenha ocorrido um evento de perda após o reconhecimento inicial do ativo e que o evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares. Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas. Uma redução do valor de mercado com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado do exercício e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos por meio da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. (ii) *Ativos não*

*financeiros:* Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não sejam estoques, são revisados a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflete as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Os ativos corporativos da Companhia não geram entradas de caixa individualmente. Caso haja a indicação de que um ativo corporativo demonstre uma redução no valor recuperável e o recuperável é alocado para a UGC ou grupo de UGCs a qual o ativo corporativo pertence numa base razoável e consistente. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado do exercício. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houve perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base "pro rata". Para os ativos que apresentam perdas de valor recuperável, que tenham sido reconhecidos em períodos anteriores, novas avaliações são feitas a cada data de apresentação das demonstrações financeiras, para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. **f. Provisões:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. **g. Receita operacional:** A receita operacional da venda de produtos no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a entidade, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias pode ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os produtos vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos sejam concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então esse desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. **h. Receitas financeiras e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem, substancialmente, receitas de juros de empréstimos com partes relacionadas e variação cambial de operações de exportação e empréstimos em moeda estrangeira. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, substancialmente, despesas com juros sobre empréstimos e variação cambial de operações de exportação e empréstimos em moeda estrangeira. Custos de empréstimo que não são atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos. **i. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizado quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

#### 5. Determinação do valor justo

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos abaixo. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo. (i) *Contas a receber de clientes:* O valor justo de contas a receber e outros créditos é estimado como o valor presente de fluxos de caixa futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação. (ii) *Empréstimos e financiamentos:* O valor justo, determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras. (iii) *Passivos financeiros não derivativos:* O valor justo, determinado para fins de divulgação, é calculado baseando-se no valor presente do principal e fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros apurados na data de apresentação das demonstrações financeiras.

#### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	2013	2012
Caixa	1	1
Depósitos à vista	523	187
<b>Total</b>	<b>524</b>	<b>188</b>

Os depósitos à vista correspondem aos saldos bancários em conta corrente.

#### 7. Aplicações financeiras

Os saldos de aplicações financeiras são representados por títulos de renda variável, remunerados a uma média ponderada de 93,37% da variação de CDI. Certificado de Depósito Interbancário, possuindo liquidez diária e a possibilidade de resgate imediato, sem multa ou perda de rendimento. Para mais informações sobre a exposição da Companhia a riscos de taxa de juros, moeda estrangeira e liquidez, veja Nota Explicativa nº 16.

#### 8. Contas a receber de clientes

Os saldos de valores a receber de clientes é compostos por:

	2013	2012
Clientes no país	38	30
Partes relacionadas	17	4
<b>Total</b>	<b>42</b>	<b>30</b>

A exposição da Companhia a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na Nota Explicativa nº 16.

#### 9. Impostos e contribuições a recuperar

	2013	2012
ICMS	5.731	5.731
IPI	2.593	2.593
Imposto de renda	7.637	7.320
Contribuição social	919	880
Outros	4	3
<b>Total</b>	<b>16.884</b>	<b>16.536</b>
Provisão para perdas - ICMS e IPI	(7.826)	(7.826)
	<b>9.058</b>	<b>8.710</b>

#### 10. Ativos e passivos fiscais diferidos

Os impostos diferidos de ativos e passivos foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativos	2013	2012
Sobre valor justo de mútuo	—	—	10.756
Movimentação das diferenças temporárias durante o ano:			
Reconheci-	Saldo em 2011	Saldo em 2012	Saldo em 2013
mento no resultado em 2011	(485)	10.756	(10.756)
Reconheci-	10.756	(485)	10.756
mento no resultado em 2012	—	—	—

#### 11. Outros Créditos

	Nota	2013	2012
Contas a receber por cessão de créditos (i)	17	301.297	308.997
Outros créditos		56	26
<b>Total</b>		<b>301.353</b>	<b>309.023</b>
Ativo circulante		56	26
Ativo não circulante		301.297	308.997
(i) Refere-se à cessão de direitos de crédito que a parte relacionada Cooperativa detinha contra seus cooperados, em contrapartida da integralização de capital na Companhia ocorrida em 2012, para fazer face ao pagamento dos compromissos assumidos pela Companhia junto ao programa instituído pela Lei 11.941/09. Estes valores a receber estão garantidos por notas promissórias e carta de fiança bancária. O saldo compreende o valor principal corrigido pela taxa SELIC e tem seus vencimentos em até 139 meses.			

#### 12. Investimentos

Investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial:

	2013	2012
Imcop Empreendimentos e Participações S.A.	15.415	12.884
A Companhia registrou um ganho de R\$ 3.319 no exercício encerrado em 31 de março de 2013 (R\$ 664 em 2012) de equivalência patrimonial de sua coligada. A Companhia investida não tem suas ações negociadas em Bolsa de Valores. O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em sua coligada:		

Imcop Empreendimentos e Participações S.A.

A Companhia registrou um ganho de R\$ 3.319 no exercício encerrado em 31 de março de 2013 (R\$ 664 em 2012) de equivalência patrimonial de sua coligada. A Companhia investida não tem suas ações negociadas em Bolsa de Valores. O quadro abaixo apresenta um sumário das informações financeiras em sua coligada:

	2013	2012
ICMS	15	15
PAES - Parcelamento especial	337	1.104
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	27.012	25.446
Outros	26	1
<b>Total circulante</b>	<b>27.390</b>	<b>26.566</b>
PAES - Parcelamento especial	—	324
Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09	285.257	295.017
<b>Total não circulante</b>	<b>285.257</b>	<b>295.341</b>

**Parcelamento de impostos - Lei 11.941/09:** O Programa instituído pela Lei 11.941/2009 prevê parcelamento, em até 180 meses, dos débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para os débitos vencidos até 30 de novembro de 2008, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada. A adesão ao programa foi deferida pela RFB e a consolidação dos débitos foi realizada em junho de 2011.

### DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)			
	Nota	2013	2012
Receitas líquidas		19	47
Custo das vendas	23	—	(42)
<b>Lucro bruto</b>		<b>19</b>	<b>5</b>
Despesas vendas		—	

— \* continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de Reais)

Abaixo apresentamos a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita bruta fiscal	—	62
<b>Menos:</b>		
Impostos sobre vendas	—	(15)
<b>Total</b>	<u>—</u>	<u>47</u>
<b>20. Outras receitas</b>		
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Reversões de provisões passivas	5.085	4.346
Outras receitas	—	1.728
	<u>5.085</u>	<u>6.074</u>
<b>21. Outras despesas</b>		
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas bancárias	(2)	(24)
Despesas com contingências e autos de infração	(3.533)	(5.967)
Despesas com outros impostos	—	(3)
Outras despesas	(1.515)	(2.145)
Baixa de imobilizado	—	(775)
	<u>(5.050)</u>	<u>(8.914)</u>

**22. Financeiras líquidas**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas com operações financeiras	565	30
Valor justo de instrumento financeiro	31.636	—
Juros s/cessão de direitos de créditos	17.722	3.958
Outras receitas financeiras	327	481
	<u>50.250</u>	<u>4.469</u>

**Despesas financeiras**

Comissões e despesas bancárias	(100)	(62)
Despesas com provisões para contingências	(1.490)	(2.190)
Descontos concedidos	(1)	(2)
Juros sobre impostos parcelados	(19.073)	(29.915)
Outras despesas financeiras	(34)	(82)
	<u>(20.698)</u>	<u>(32.251)</u>
	<u>(29.552)</u>	<u>(27.782)</u>

**Financeiras líquidas**

Valor justo de instrumento financeiro corresponde ao ajuste do valor justo referente ao mútuo mantido com a Cooperativa (Controladora).

**23. Despesas por natureza**

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Custo dos produtos exceto fretes, transbordo e armazenagem	—	(392)
Depreciação e amortização	(2)	(12)
Despesas com pessoal	(451)	(840)
Serviços contratados de pessoas jurídicas	(4.055)	(6.966)
Outras despesas	(288)	(121)
	<u>(4.796)</u>	<u>(8.331)</u>

**Classificado como:**

Custo das vendas	—	(42)
Despesas administrativas	(4.794)	(8.289)
	<u>(4.794)</u>	<u>(8.331)</u>

**24. Cobertura de seguros**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente não foram analisadas pelos nossos auditores independentes.

**25. Eventos subsequentes**

A emissão das demonstrações financeiras foi proposta pela Diretoria e aprovada em Assembleia pelos acionistas em 22 de maio de 2013.

**DIRETORIA**

**Paulo Roberto de Souza** - Diretor Superintendente  
**Luis Roberto Pogetti** - Diretor Presidente

**Genilson Silva Melo** - Diretor  
**Maurício de Mauro** - Diretor  
Contador - **Carlos Cavalcante Guimarães** - CRC-TC 1SP194441/O-2

**Soren Hoed Jensen** - Diretor  
**Alexandre de Mattos Setten** - Diretor

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Administradores e Conselheiros da Arrepar Participações S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Arrepar Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria.

Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião**

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arrepar Participações S.A. em 31 de março de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

**Ênfase**

A Companhia possui prejuízos operacionais acumulados, condições que evidenciam sua dependência de suporte financeiro da sua controladora, Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo. Essas condições indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 17 de junho de 2013



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP014428/O-6

**André Luiz Monaretti**  
Contador CRC 1SP160909/O-3